

Uma frente ampla

JOÃO MIGUEL FEU ROSA

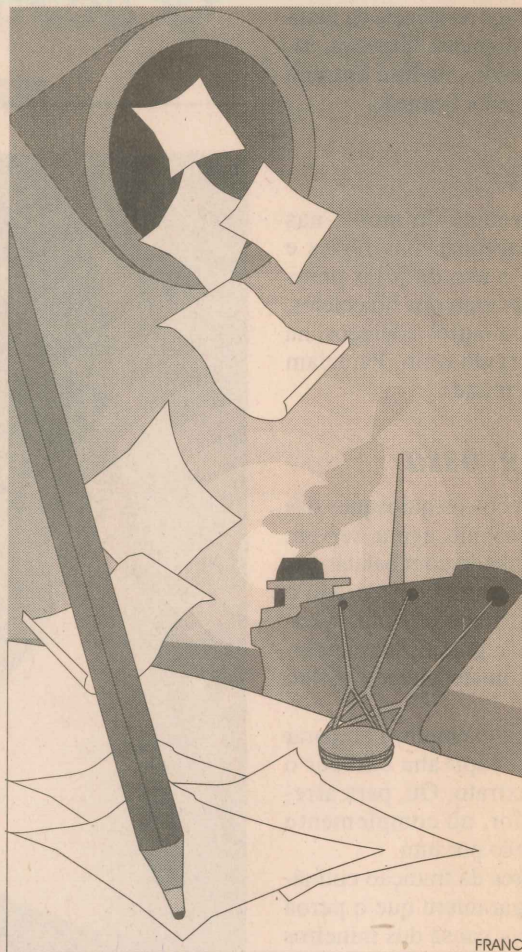
Sei que vários agentes econômicos do Espírito Santo estão na expectativa dos resultados da próxima reunião do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CNZPEs) que deverá se realizar no dia 5 de março próximo. É uma expectativa justificável, pois todos esperam que desta vez finalmente seja aprovada a implantação da ZPE do município da Serra. Sei ainda que um papel de fundamental importância cabe a nós, integrantes da bancada capixaba no Congresso Nacional, nestes dias que antecedem o encontro, já que agora, mais do que nunca, os três senadores e nós deputados federais devemos aguçar a vigilância e nos mantermos em alerta permanente para mostrar aos conselheiros que o Estado não vai aceitar uma nova protelação.

Já deixei essa irredutível posição dos capixabas bem clara em pronunciamento feito da tribuna da Câmara Federal, no dia 11 passado. Nessa oportunidade cobrei do presidente Fernando Henrique Cardoso o cumprimento da sua promessa de integral apoio ao pleito capixaba e até externei minha esperança de vê-lo assinar o decreto da ZPE serrana em solenidade concorrida em meu Estado.

Mas sei também que, apesar de fundamental, o empenho de cada representante do Espírito Santo em Brasília é apenas parte de uma grande sinergia que necessita ser implementada até o dia 5 próximo. Sinergia da qual devem participar o Governo do Estado, as federações de empresários e de trabalhadores e a Prefeitura da Serra. Nessa data, o ideal seria que todos os setores interessados, oficiais ou não, estivessem representados na capital federal, dando a mais ampla ressonância e respaldando trabalho de pressão da bancada junto ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Todos nós defensores e interessados na implantação da ZPE serrana temos de continuar levando em conta que não há certeza plena de que o pedido será atendido. Assim como não devemos nos esquecer da existência de uma certa resistência localizada em alguns gabinetes ministeriais à implantação da ZPE no Espírito Santo. Isto quer dizer que o trabalho de pressão e de convencimento do Governo federal sobre a importância da ZPE para a economia capixaba e dos demais Estados ligados pelo Corredor Centroles-te deve ser intensificado, já.

A parte que cabe à bancada vem sendo feita, seja através de pronunciamentos da tribuna das duas Casas do Congresso Nacional ou diretamente em contatos com autoridades do Governo federal. Inclusive, nunca são perdidas as oportu-



A ARTICULAÇÃO DEVE AGORA FICAR CONCENTRADA NO PALÁCIO DO PLANALTO

nidades que cada parlamentar tem tido de lembrar diretamente ao próprio presidente e ao ministro Francisco Dornelles da promessa de apoio à reivindicação do Estado. Ninguém esquece que a opinião pública capixaba, através da imprensa, está quase que diariamente cobrando total empenho de seus representantes no Senado e na Câmara dos Deputados - e é uma cobrança justa, pois imposta pela importância da ZPE para a atual realidade capixaba.

É evidente a necessidade da implantação de um mecanismo de comércio exterior da amplitude de uma ZPE no Espírito Santo, não só pelos benefícios econômicos de curto, médio e longo

prazos, mas também por sua inquestionável importância social. Não se trata apenas de um investimento voltado para o comércio externo mas, sim, de um instrumento de fomento ao desenvolvimento que, em hipótese alguma, o Estado está em condições de perder.

Vários estudos técnicos publicados vêm mostrando que para a economia estadual a ZPE representará a dinamização de importantes setores da economia regional. O impacto será positivo e estimulará mais investimentos com o fortalecimento do ramo de serviço, além de forçar o crescimento das empresas voltadas para a venda de insumos, o que, conseqüentemente, redundará no incremento da renda interna. Em termos sociais, o investimento abrirá o mercado de trabalho e gerará em torno de 10 mil a 15 mil empregos diretos e indiretos. Atualmente, a abertura de novas frente de emprego se tornou impositiva para reduzir a pressão dos bolsões de tensão social existentes na Região Metropolitana, onde as taxas de desemprego são tão elevadas quanto no resto do país.

Há chances portanto de o Espírito Santo vir a ser, a partir do dia 5 próximo, o mais novo integrante da rede nacional de Zonas de Processamento de Exportação, com a autorização do Governo federal para instalar uma unidade no município da Serra. Há chances, mas incertezas ainda cercam o processo, pois, mesmo havendo receptividade entre a maioria dos membros do CNZPEs, ainda não está explícita a aceitação plena do pleito capixaba por parte de dois importantes membros do colegiado, que são os ministros Antônio Kandir, do Planejamento, e Francisco Dornelles, da Indústria, Comércio e Turismo. Os dois ministros sequer levam em conta que o Espírito Santo já é detentor da concessão da ZPE, dada através de decreto pelo presidente Itamar Franco, e apenas está pedindo permissão do órgão competente para relocá-la na Serra. Mas há uma certeza: a de que o presidente Fernando Henrique Cardoso está a favor do pleito capixaba.

Assim sendo, a partir de agora a articulação deve se concentrar no Palácio do Planalto e diretamente com o presidente da República. É com ele que devemos conversar nestes dias que antecedem a reunião dos membros do CNZPEs. Quando digo "devemos" é porque estou levando em conta a possibilidade de uma conjugação de esforços entre Governo estadual, bancada federal, Prefeitura e federações de empresários e de trabalhadores. Estou pensando em encontrar todos juntos, no dia 5, em Brasília, falando a mesma linguagem e mostrando que o Estado não abre mão de sua ZPE.